

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA ENTRE A POLÍTICA E AS VIRTUDES EPISTÊMICAS: O CASO DE LOUIS ROUGIER

THE PHILOSOPHY OF HISTORY BETWEEN POLITICS AND EPISTEMIC VIRTUES: THE CASE OF LOUIS ROUGIER

Alexandra Dias Ferraz Tedesco¹

Resumo: O presente texto parte de um diálogo com um artigo publicado recentemente na revista HOPOS (*Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science*), de autoria dos pesquisadores Fons Dewulf e Massimiliano Simons, intitulado “Positivism in Action: The case of Louis Rougier” (2020). No artigo, os pesquisadores abordam a trajetória pouco frequentada de Louis Rougier, filósofo francês cuja fortuna crítica associou-se à sua participação na rede de intelectuais liberais do pós-guerra e a sua função central na organização do Colóquio Walter Lippmann, ainda em 1938. Os autores abordam a trajetória de Rougier de maneira disciplinarmente inusual: procuram interpretar suas teorias filosóficas à luz de seus comprometimentos políticos, defendendo uma imbricação entre ambas as facetas do pensamento de Rougier. Quero sugerir que uma abordagem disposta a compreender as relações dinâmicas entre uma trajetória intelectual e seu entorno social se beneficia de uma abordagem como essa, às quais pode ser acrescida uma dimensão propriamente institucional das trajetórias intelectuais. Para observá-la, proponho acionar o debate sobre virtudes epistêmicas tal como tem sido pensado por autores como Herman Paul, Lorraine Daston e J. Dongen, com o objetivo de investigar se o debate sobre as non-textual things da atividade intelectual podem ser um caminho para transitar de forma profícua entre texto e contexto.

Palavras-chave: Virtudes epistêmicas. História da Filosofia. Louis Rougier. Liberalismo.

Abstract: This text starts from a dialogue with an article recently published in HOPOS magazine (*Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science*), by Fons Dewulf and Massimiliano Simons and entitled *Positivism in Action: The case of Louis Rougier* (2020). In the article, the researchers address the rarely frequented trajectory of Louis Rougier, a French philosopher whose critical fortune was associated

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na área de História Moderna e Contemporânea. Integra o Laboratório de Pesquisa e Prática de Ensino (LPPE) do IFCH da UERJ e a COMUM (Comunidade de Estudos de Teoria da História da UERJ).

with his participation in the network of post-war liberal intellectuals and his central role in the organization of the Walter Lippmann Colloquium, in early 1938. The authors approach of Rougier's trajectory take an unusual disciplinary way: they seek to interpret his philosophical theories in the light of Rougier's political commitments, defending an overlap between both facets of Rougier's thought. I suggest that a valid approach to understand the dynamic relations between one intellectual trajectory and its social environment can be benefited from an approach like this, to which a properly institutional dimension of intellectual trajectories can be added. To observe it, I propose to trigger the debate about epistemic virtues as it has been thought by authors such as Herman Paul, Lorraine Daston and J. Dongen, with the aim of investigating whether the debate about the *non-textual things* of intellectual activity can be a way to transit in a fruitful way between text and context.

Key Words: Epistemic Virtues. History of Philosophy. Louis Rougier. Liberalism.

The identification of 'disinterested curiosity' as an individual motive is not incompatible with the claim that curiosity tends to flow towards the heaviest concentrations of cash.
Steven Shapin.

Introdução: uma querela disciplinar

Consensualmente, o começo do século XIX marca a transformação da História em disciplina. De prática consolidada através de cronistas, relatos reais e contação de contos populares, a narração sobre o passado se torna prática disciplinar institucionalmente organizada, alocada nas cátedras das recentemente modernizadas universidades. Instituições de ensino como a Universidade Berlim e Frankfurt são paradigmáticas nesse sentido. Graças aos esforços de personagens como Humboldt, aliados a um profundo interesse político das cortes alemãs, sobretudo da Prússia, o modelo de universidade alemão logo se tornaria dominante em toda Europa (BEN-DAVID, 1974; RINGER, 1999). Dessa nova composição institucional emerge também uma divisão teórica não menos importante, sobretudo no campo da disciplina histórica: a reflexão sobre o sentido do passado, e não apenas sobre os fatos que o compõem, ganha estatuto profissional e deixa de ser exclusividade dos filósofos da História, passando a ser objeto de disputa dos próprios historiadores. Essa divisão, cisão disciplinar mas também epistemológica, marcou todo o século XIX e adentrou no século XX amadurecida por

sucessivos debates, tais como os travados por Carl Hempel (1942) em relação à objetividade da história, os reclamos anti-positivistas dos Annales e as repercussões historiográficas da aproximação com as ciências sociais nos anos 1960. Uma das manifestações contemporâneas dessa querela é o debate, muitíssimo frequentado, entre internalistas e externalistas. Se por um lado a filosofia da história tende a alinhar-se, por identidade de seus praticantes, a uma concepção mais restrita ao texto, os teóricos da história que, após os anos 1960, se aproximaram do campo das ciências sociais (CHARTIER, 1991), sobretudo a partir da chamada Segunda Geração da Escola dos Annales, objetam a essa posição o fato de que os textos respondem à perguntas do presente histórico, estando ancorados portanto em tensões e redes de significados dos quais dependem, em última instância, o sentido que se lhes atribui. Não é minha intenção inventariar esse debate.² Parto dele apenas para destacar que, na mesma medida em que as disciplinas se dividem internamente (ABBOTT, 2001), também disputam com as disciplinas fronteiriças a legitimidade de seus objetos (FABIANI, 2006; BLANCQUAERT, 2006) e os critérios que definem a excelência acadêmica (LAMONT, 1998; 2009). Essa negociação permanente entre fronteiras disciplinares é parte constitutiva dos problemas teóricos situados historicamente, e não pode ser preterida no entendimento das disputas acadêmicas. É com base nessa premissa que proponho, nesse artigo, contextualizar, a partir do caso de Louis Rougier, a emergência de uma nova possibilidade analítica a partir do encontro entre a filosofia da história e a história intelectual sociologicamente orientada em torno do debate sobre virtudes epistêmicas.

Recentemente, filósofos da história como Linda Zagrebsky (2009), Herman Paul (2017) e Lorraine Daston (2017) têm chamado a atenção para uma insuficiência de seu próprio campo: sinteticamente, a filosofia da história pouco se ateu às práticas, ou às *non textual doings*. Nos termos de Paul, “[i]f postpositivist philosophy is right in assuming that human knowledge has an element of irreducible subjectivity, then knowledge can, at least to some extent, be seen as the product of a human practice” (2011, p. 16). Na intenção de sanar essa lacuna disciplinar, fruto de uma divisão secular, uma série de

² Para uma análise panorâmica desse movimento disciplinar é possível consultar REVEL, Jacques. História e historiografia: exercícios críticos. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

filósofos e historiadores têm se empenhado em redesenhar a ideia de “virtude”, emancipando-a de seu sentido aristotélico e adaptando-a a funcionar como ferramenta para classificar as distintas constelações de atitudes que compõem a prática intelectual para além da escrita de textos. Isso significa adicionar, ao entendimento da dinâmica propriamente epistemológica das teses, alguns elementos como a *performance* acadêmica, os rituais de defesa de tese e até mesmo o significado dos posicionamentos políticos de acadêmicos e professores. Em *Epistemic Virtues in the sciences and humanities* (2017), Dongen e Paul traçam as linhas gerais do debate, assumindo a premissa de que “scientific selfhood is never exclusively defined in epistemic terms” (2017, p. 1). Dessa constatação, desenvolvem a ideia de que as virtudes epistêmicas são tudo aquilo que compõe os critérios que definem o que é e o que deve ser um acadêmico, quais habilidades e performances devem ostentar, quais personas devem espelhar e de que forma se relacionam apropriadamente com o *background* cultural no qual estão inseridas. Paul, em *Performing History: How Historical Scholarship is Shaped by Epistemic Virtues* (2011), se referindo mais especificamente ao caso dos historiadores, chama a atenção para que o debate sobre as virtudes epistêmicas não se dá apenas em termos epistêmicos, mas, paradoxalmente, nos “scholarly selves”. Em seus termos, “questions of socialization and disciplinization lead us from virtue epistemology to the sociology of knowledge and the history of science” (p. 10). Baehr, em *The Inquiring Mind* (2011), aprofunda a conotação histórica do debate ao remetê-lo à discussão fundadora de Aristóteles que versa sobre a relação entre virtudes intelectuais e virtudes morais. Em seu recenseamento, o qual subscrevo, é apenas nos anos 1980, todavia, que esse debate ganha espaço na filosofia e na teoria da história, sobretudo graças à publicação *The Raft and the Pyramid*, de Ernst Sosa. O debate se enriquece, nos anos 1990, com a já mencionada contribuição de Zagzebski (*Virtues of the Mind*, 2009). Voltando a Paul, as virtudes epistêmicas, após ganharem quórum no debate propriamente historiográfico sobre a historicidade das virtudes morais, se colocam, a partir dos anos 2000, como ferramentas para capturar as *non textual-doings*: “not only what historians have done, but also what they do” (2011, p. 03) e passam a circular entre os praticantes de uma área bastante específica da teoria da história, que se identifica como filosofia da história. O conceito de virtude

epistêmica, em suma, ajuda a colocar em questão um debate mais amplo sobre o sentido referencial do julgamento de pares e do funcionamento endógeno do mundo acadêmico, no qual o conceito de “excelência” é distribuído desigualmente conforme as culturas disciplinares e as correlatas virtudes acadêmicas que engendram (LAMONT, 2009).

Em certo sentido, a abertura do campo da filosofia da história ao debate sobre *non textual doings* pode ser compreendida como concessão ao sentido social das discussões intelectuais, apesar das ressalvas feitas a Robert Merton, Pierre Bourdieu e outros sociólogos da ciência que, para os filósofos e historiadores vinculados ao debate de Paul e Zagrebsky, soam demasiado “estáticos”.³ De toda forma, algumas pontes entre a filosofia da história e a sociologia dos intelectuais podem ser aventadas, como sugere Lorraine Daston (2007). Uma delas, mais especificamente relacionada ao tema desse artigo, se refere à análise de trajetórias e biografias intelectuais. Alguns exemplos famosos como os de Einstein, foram tratados a partir dessa revisão. Eroen Van Dongen, em *Epistemic Virtues of the virtuous theorists: on Albert Einstein and his Autobiography*, mobiliza a ideia de virtudes epistêmicas para compreender como a mudança teórica do físico alemão aparece na apresentação que ele fazia de si mesmo. “How nature and content of the knowledge produced changed as a different epistemic virtue, embodied by a different scholarly persona, rose to prominence” (2017, p. 64). A persona é negociada, internalizada e projetada através dos praticantes da disciplina e Einstein, nesse caso, seria um observatório da mudança da própria ideia social de “físico teórico”, de modo que “what it means to be a theorist were reflected in the theories constructed” (2017, p. 74).

Se aceitarmos a hipótese de que o debate sobre virtudes epistêmicas pode enriquecer a compreensão da conexão, nunca automática, entre posição teórica e ação política, podemos aventar a hipótese de que Louis Rougier é, como Einstein foi para o argumento de Dongen, um observatório privilegiado dessa imbricação. Marginalizado no

³ O sentimento de hostilidade de parte da filosofia da ciência e do próprio campo científico em relação aos sociólogos da ciência já foi exaustivamente mapeado, tendo tido como um de seus porta-vozes mais consagrados o francês Bruno Latour, para quem os estudos sobre a ciência são frequentemente entendidos como anti-ciência. Em seus termos, “Como se um imunologista fosse contra o sistema imunológico, os estudos científicos, ao contrário, acrescentaram realidade à ciência, não o oposto” (LATOUR, Bruno. A esperança de Pandora. Bauru: EDUSC, 2001.)

campo filosófico francês, Rougier tentou, ao longo da vida, construir e inserir-se em redes internacionais que promoviam uma “concepção científica do mundo”, mais próxima de seus contemporâneos alemães e austríacos e substancialmente apartada do tipo de filosofia que ganhava proeminência na França: em seus hiperbólicos termos, a “tirania Bergson-neotomistas”. As inúmeras iniciativas institucionais de Rougier podem nos ajudar a perceber que, para além de cotejar texto e contexto, podemos nos aproximar, no nível das virtudes epistêmicas, das “*non textual doings*”, frequentemente menosprezadas no entendimento teórico de determinadas escolas de pensamento e, inversamente, tão fundamentais para a compreensão das dinâmicas institucionais que condicionam, nos termos de Paul, “what kind of personae the study of the past requires” (PAUL, 2014, p. 350). Na primeira metade do artigo, reconstruo o argumento de Dewulf e Simons (2020) e o coloco em debate com o contexto mais amplo do campo intelectual europeu dos anos 1940 no qual se movia Rougier. Na segunda parte, procuro cotejar a trajetória do filósofo francês, tal como apresentada por Dewulf e Simons, com o debate sobre virtudes epistêmicas.

Louis Rougier: um eleito outsider.

Louis Rougier (1889-1992) foi um filósofo francês conhecido por seu alinhamento ao Círculo de Viena. Graduou-se na Universidade de Lyon e doutorou-se na Sorbonne, em 1920, com tese que deu origem ao livro *La Philosophie géométrique de Poincaré*. Além dessa obra, Rougier dedicou-se, no início de sua carreira como professor, à temas correlatos, tais como o uso da geometria não-euclidiana na teoria da relatividade. Apesar de sua atividade como filósofo, Rougier ficou mais conhecido por ultrapassar as fronteiras acadêmicas e atuar como um aliado político do governo francês (inclusive do governo do Marechal Pétain), além de ter tido um papel relevante na organização de eventos e redes de intelectuais liberais nos anos 1930 e 1940. Nos termos de François Denord, Rougier, enquanto professor de Filosofia em Besançon, distante do polo legítimo das controvérsias parisienses, “il revendique d’ailleurs cette extériorité, et prétend n’avoir pour seule vocation que d’apporter à ses concitoyens le concours de sa [...] lucidité d’esprit” (DENORD, 2002, p. 11). É precisamente essa tripla dimensão da biografia de

Rougier, frequentemente inacessível se tomamos sua trajetória acadêmica a partir de premissas exclusivamente internalistas, que chama a atenção de Simons e Dewulf, em artigo publicado na Hopos em 2020, que ora apresento.

O artigo de Simons e Dewulf se propõe a analisar três projetos de Rougier a partir dos quais, na hipótese do argumento, se pode visualizar uma unidade de propósito mais perene que as teses que Rougier dedicou à filosofia da ciência: colocar uma concepção científica do mundo em operação. As três ocasiões analisadas pelos autores são a *International Conference for Scientific Philosophy*, na Sorbonne, organizado com Otto Neurath em 1935, a organização do Colóquio Walter Lippmann, em 1938, e o posterior engajamento de Rougier com o governo do Marechal Pétain – posição que o colocou em conflito com muitos de seus antigos apoiadores e amigos. As três iniciativas, que cobrem um período de mais ou menos 15 anos, dentre os quais 5 de Guerra Mundial, estão ancoradas em um debate mais amplo que reuniu intelectuais das mais distintas vertentes naquele contexto: a discussão sobre a “crise da Europa”. A ofensiva em relação à “concepção científica do mundo” era parte de um imaginário mais amplo, que teve seus representantes também na arquitetura e nas artes plásticas (cf. MALHERBE, 1974; SCHORSKE, 1981; GALISON, 1990). Nos termos de Reisch, “[i]n a world given to superstition, wars, social reaction, and persecution, they wished to introduce a new kind of philosophy with cultural as well as practical, scientific strengths – one of which was the power to help to clarify issues in scientific practice” (REISCH, 2005, p. XI). Embora tal atmosfera não surja nos anos 1930 - efetivamente ela pode ser rastreada até meados do século XIX -, a emergência dos fascismos e coletivismos nos anos 1930 adensou essa tensão, fazendo com que debates outrora puramente teóricos ganhassem uma projeção pública efetiva. Esse foi o caso paradigmático de Viena, na qual núcleos extra-universitários, ou que ocupavam posições fronteiriças em relação a ela, se tornaram referências continentais, como pode-se observar pelos casos da psicanálise e da Bauhaus, bastante afastados entre si mas irmanados pelo fato de serem projetos intelectuais que operaram nas margens da universidade e dos circuitos de consagração formal do mundo

douto.⁴ O fato de que Rougier fosse um representante francês dessa desconfiança em relação à tradição metafísica (e se visse, em alguns momentos epistolares, como uma espécie de filial francesa da matriz austríaca) nos ajuda a dimensionar a perenidade e a circulação desse discurso de crise. No caso desse personagem, tratava-se de expurgar o pensamento metafísico e toda a irracionalidade – filosófica, mas também política –, que se depreende de sua aplicação prática. Para Simons e Dewulf, apesar de discordâncias teóricas pontuais que Rougier sustentava com seus parceiros de Viena, “they believed that the social and economic progress of society relied on the integration of scientifically oriented scholar with the political and social sphere” (2020, p. 1). Esse consenso no dissenso pode ser observado também a partir da composição heterogênea de contatos travados por Rougier. A conferência de abertura da *International Conference for Scientific Philosophy*, por exemplo, apesar da negativa de nomes como Gaston Bachelard, contou com conferência de abertura de Bertrand Russell dedicada a nada menos que “encontrar a cura para as doenças do mundo moderno”.

A primeira questão que emerge da escolha dos três objetos analíticos do artigo de Simons e Dewulf diz respeito à heterogeneidade das posições teóricas, sobretudo no que se refere à *Conference* de 1935 e ao Colóquio W. Lippmann de 1938. Em ambas as ocasiões, as visões diferentes, inclusive em termos de conceituação do então nascente “neoliberalismo”, eram pacificadas por uma concordância mais ampla: a partilha de uma atitude anti-metafísica diante das coisas do conhecimento. A partir, portanto, de um conjunto de virtudes práticas sobre o sentido da atividade intelectual, a saber, a responsabilidade diante da metafísica e do irracionalismo, a recusa de uma “filosofia de gabinete” e a capacidade de publicar e dialogar de fora da universidade, trata-se de reformular a própria ideia de cientista e o imaginário social que a justifica.

Um parêntese no argumento dos autores pode ajudar a dimensionar a importância dessa “comunidade anti-metafísica” com fins práticos que está na base do projeto de

⁴ Sobre a circulação desses autores pela Europa e pelos EUA a partir do início dos anos 1940 e do acirramento das tensões que levaram à segunda guerra mundial, é possível consultar G. REISCH. *How the Cold War Transformed Philosophy of Science To the Icy Slopes of Logic*. Cambridge University Press, 2005.

Rougier. Em *Les Mistiques Economiques: comment l'on passe des democraties liberales aux etats totalitaires*, de 1937, que havia sido anteriormente apresentado no *Institut Universitarie de Hautes Etudes internationales* de Genebra, Rougier aplica sua hipótese de que as místicas metafísicas têm resultados evidentes na vida social, de modo que sua negação não pode ser feita apenas no plano dos combates científicos. A tese é de que as místicas econômicas, conjuntos de atitudes sentimentais, preconceitos de classe e hábitos mentais, costumam ser os motivadores doutrinários das adesões políticas, sobretudo daquelas orientadas pela ideia de uma economia dirigida. Essa seria, por assim dizer, a mística causadora da crise: diante da crise do liberalismo clássico, esse conjunto de paixões teria conseguido passar-se por ciência legítima e, graças a esse sucesso, camuflado seu caráter místico. O argumento de Rougier recupera a descrição, muito em voga na época, sobretudo dentre os intelectuais de tendências liberais, da equivalência básica entre fascismo e comunismo. Endossa, nesse sentido, as proposições de seus correligionários do Colóquio Walter Lippmann como Hayek e Popper. Aceitar a dicotomia entre mística e dirigismo, pontuava então, era renunciar às vantagens da divisão internacional do trabalho, à livre circulação de capitais, das mercadorias, à solidariedade que se estabelece através das trocas, ao cosmopolitismo da cultura, à dignidade do indivíduo e, mais basicamente, a qualquer universalidade do pensamento. “Non seulement l'économie dirigée et planifiée n'est pas plus scientifique que l'économie libérale, mais l'économie dirigée instaure, en matière de sciences sociales et politiques, une mentalité magique” (1938, p. 28)

Rougier propunha, em *Les Mystiques* (1938), a necessidade um reavivamento ativo da opinião pública em torno da reconstrução liberal. Não apenas seria necessário refundar uma teoria liberal (coisa que efetivamente se discutiu no Colóquio organizado por ele em 1938), mas também prosseguir a uma série de medidas práticas, diretamente relacionadas à vida pública, que pudesse combater o avanço do estatismo e do dirigismo na Europa. Os filósofos da ciência, segundo Rougier, seriam nada menos que a vanguarda desse combate travado em tantas frentes. Isso porque o estatismo, enquanto posição política, teria seu análogo em uma mentalidade acadêmica pré-lógica e messiânica. Assim, o combate anti-metafísico não apenas é transposto para a política e para a análise

econômica como é também convertido em um novo tipo de desencantamento, uma resposta à crise, ou uma “cura”, para usar os termos do palestrante mais célebre do evento de 1935, Bertrand Russell.

Essa investida de Rougier pode ser compreendida no conjunto mais amplo de atividades descritas por Simons e Dewulf. Os autores destacam, inclusive, que a despeito dos trabalhos de Rougier sobre Poincaré ou sobre a geometria não-euclidiana, ele foi mais importante do ponto de vista organizacional do que propriamente teórico. Nesse aspecto, a proposta dos autores é desafiar o adágio de que as alianças teóricas, tais como a que Rougier procurou consolidar com o Círculo de Viena, ocorrem sempre a partir de motivações puramente epistemológicas. Isso significa assumir um nível das motivações acadêmicas mais profundo que as adesões sobre “the existence of necessary truths like the synthetic a priori” (2020, p. 4) e, ao mesmo tempo, mais inacessível a uma análise que não considere a dimensão das trajetórias acadêmicas, suas escolhas e seus possíveis, gerados por posições específicas no campo intelectual em questão. Para os autores, o que embasa essa convergência, menos do que uma adesão “maquiavélica” de Rougier a um polo dominante no cenário internacional, é o fato de que suas posições políticas não são acessórias às suas posições teóricas, mas são delas derivadas. Para Romizi, “[t]hus, Rougier shared with many logical empiricist philosophers a struggle against metaphysical principles which are invoked as justifications in both scientific theories and political reasoning” (ROMIZI, 2012).

Ao longo do artigo, Simons e Dewulf traçam um panorama do esforço de Rougier para organizar a rede intelectual em torno dos Colóquios. Já em 1931, por exemplo, os autores localizam uma carta de Rougier para Hans Reichenbach, a partir da qual se desenvolve uma profícua troca epistolar cuja ambição era criar uma rede de defesa dos intelectuais não-metafísicos. Esses contatos internacionais de Rougier, é importante destacar, contrastam com a posição relativamente marginal do filósofo no cenário institucional da universidade francesa. Há menção nas cartas, inclusive, ao que Rougier descrevia como a já mencionada “ofensiva bergsoniana e neotomista” e à necessidade de lhe fazer frente. Se, no campo francês, Rougier poderia ser descrito como um *outsider*, a

aliança com intelectuais alemães e austríacos (nosso personagem viaja a Berlim a convite de Reichenbach e a Moscou, a serviço do Ministério da Educação francês, em 1932) e, sobretudo, seu precoce envolvimento com a política institucional, o posicionam como um tipo muito específico de *insider*. Relativamente ostracizado por seus colegas universitários (vale lembrar que, sobretudo a partir de 1940, a postura de Rougier, lida como colaboracionista, termina de marginalizá-lo), Rougier forja para si uma posição inusual no campo intelectual de meados do século XX: uma espécie de filósofo de Estado, cujas atribuições estavam mais ligadas à uma “diplomacia das adesões” do que propriamente ao desenvolvimento de teses anti-metafísicas.

Há um outro ponto interessante no argumento de Simons e Dewulf que merece ser destacado nesse panorama das especificidades da posição de Rougier. Como dito anteriormente, Rougier foi um incansável construtor de pontes e alianças com filósofos de fora da França, embora não tivesse o mesmo sucesso com seus colegas nacionais (como é o caso com Bachelard). Dois aliados de primeira hora de Rougier foram, sintomaticamente, *outsiders* em relação à universidade: Marcel Boll, que se afinizava com as teses de Rougier pelo fato de ter nascido numa colônia Comtiana, e Charles-Ernst Vouillemin, general de brigada cujas inclinações pendiam abertamente para a filosofia católica e neotomista. O fato de que Rougier tenha se aliado à dois nomes de fora da universidade não foi, como o epistolário analisado por Simons e Dewulf demonstra, um ato premeditado ou mesmo desejado, e se explica mais pelas dificuldades que Rougier enfrentou para encontrar apoiadores para seu projeto do que propriamente por uma adesão teórica objetiva. Para usar os termos de Pierre Bourdieu, tudo se passa como se, na organização da *International Conference for Scientific Philosophy*, Rougier tivesse incorporado uma das estratégias de posicionamento acadêmico viáveis para os *outsiders*: a transformação da necessidade em virtude. A Conferência finalmente acontece, em 1935, com 160 presentes. Apesar do pouco entusiasmo dos compatriotas de Rougier, o episódio marcou um dos últimos encontros internacionais antes da eclosão da Segunda Guerra.

Em 1938, todavia, o projeto de um novo Colóquio entusiasma Rougier, que mais uma vez priorizará a criação e mobilização de sua rede internacional de contatos. Esse é

o segundo evento abordado por Simons e Dewulf. Também aqui comparecem as análises que procuram localizar na disposição prática de Rougier a explicação de suas adesões. Ao contrário do evento anterior, de 1935, o Colóquio Walter Lippmann, organizado por Rougier e ocorrido em 1938, em Paris, é bastante mais debatido (MIROWSKI, 2009; DARDOT e LAVAL, 2009). Isso acontece pelo fato de que, posteriormente, foi atribuída a essa reunião a alcunha de fundadora do neoliberalismo, antecedente mesmo de sua organização formal na reunião da Mont Pèlerin Society, na Suíça, em 1947. A fortuna póstuma, todavia, não significa que sua realização tenha sido menos trabalhosa e, se o argumento de Simons e Dewulf procede, menos exemplar da trajetória acidentada de Rougier.

O Colóquio Walter Lippmann toma forma a partir da iniciativa de Rougier de promover o livro do jornalista norte-americano Walter Lippmann, *La Cité Libre* (The Good Society), aproveitando a estadia do autor em Paris⁵. Lippmann era um jornalista heterodoxo, liberal, mas apoiador de Roosevelt, que mantinha contatos regulares com Keynes e também com os liberais de Viena. A tradução do seu livro, garantida por Rougier, causou impacto entre os círculos anti-metafísicos europeus, associada à já então consagrada análise do mesmo autor sobre a irracionalidade e a opinião pública.

A ideia central do Colóquio era reunir a intelectualidade europeia interessada em debater os novos rumos do liberalismo a partir do diagnóstico de sua crise, desvelada pelos resultados catastróficos da primeira guerra e da crise econômica que inaugura os anos 1930. Para isso, Rougier travou contato com nomes como Lionel Robbins, Wilhelm Ropke, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. Apesar da resistência do próprio Lippmann em participar do Colóquio, o endosso de nomes como Hayek e Popper acaba conferindo prestígio acadêmico ao evento. Na ocasião, houve debates intensos sobre uma divisão que depois se tornaria canônica. A ala “austríaca” dos liberais, alinhados com a

⁵ Os contatos editoriais de Rougier são fundamentais para compreender a centralidade que a tradução da obra de Lippmann adquiriu quase instantaneamente na França. Sobre isso é possível consultar Denord, para quem: “Situé à une position carrefour, il peut se poser en médiateur entre son espace national et les libéraux étrangers et même acquérir une sorte de monopole de fait, grâce à la création des Éditions de la Librairie de Médicis (dirigée par Marie-Thérèse Génin), qui entre 1937 et 1940 mettent en circulation une quarantaine de livres et brochures (de Friedrich Hayek, Walter Lippmann, Lionel Robbins, Ludwig von Mises...)” (DENORD, 2002, p. 12).

posição de Mises e Hayek, supunha que o *laissez faire*, coração do liberalismo clássico, não deveria ser abandonado, mas aprofundado, e que a alegada “crise” do liberalismo tematizada à exaustão não podia ser atribuída a uma insuficiência teórica da doutrina liberal, mas a um ataque externo (coletivismos e dirigirismos) que deveria ser combatido por uma radicalização das premissas liberais. Por outro lado, Lippmann, Rougier e alguns egressos do ordoliberalismo alemão (cf. MIROWSKI, 2009) adotavam uma posição mais moderada, que reconhecia que o *laissez faire* se tornara impraticável e que era o momento de criar um “novo” liberalismo, no qual o Estado teria um papel assegurado e, possivelmente, central, como garantidor da liberdade individual. Essa contenda se decidiria apenas em 1947, em favor dos primeiros.⁶ Em todo caso, no Colóquio de 1938, a proposta de Lippmann parecia encontrar, na atividade prática de Rougier, seu porta voz: o liberalismo construtor proposto pelo jornalista americano seria, conforme salientam Simons e Dewulf, nada menos que uma aplicação prática do convencionalismo de Rougier.

Romo (2018) aponta que o Colóquio Walter Lippmann, apesar das desavenças, aponta para um sentido de missão que unificava as vozes teoricamente discordantes. Além disso, ajudava a posicionar Rougier como um agente político de primeira grandeza, como atesta a fala de Rougier no Colóquio, citada por K. Dixon:

El drama moral de nuestra época es la ceguera de los hombres de izquierda que sueñan de una democracia política y de un planismo, sin comprender que el planismo económico implica el Estado totalitario y que el socialismo liberal es una contradicción en los ciera las ideas liberales de Lippmann. El drama moral de nuestra época, es la ceguera de los hombres de derecha que suspiran de admiración ante los gobiernos totalitarios, aunque reivindicando las ventajas de una economía capitalista sin darse cuenta de que el Estado totalitario devora la fortuna privada, mete en cintura y burocratiza todas las formas de la actividad económica de un país (Dixon, K., 1998: p. 7 *apud* ROMO, 2018).

⁶ Em 1947, Hayek capitaneia a organização da Mont Pèlerin Society. Na primeira reunião, na Suíça, os debates voltam a ocorrer mas, dessa vez, com a maioria se posicionando de forma crítica ao liberalismo construtor. Tal posição se acentuaria nos anos seguintes, que marcam também o deslocamento dos debates para os Estados Unidos. Sobre esse tema é possível consultar MIROWSKI, P. PLEHWE, D. *The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective*. Harvard University Press, 2009.

A grande palavra da nova agenda de Rougier e Lippman é adaptação, baseada na implicação recíproca entre economia e sistema normativo. Um estado forte, se organizado por uma elite competente, comprometida com a luta anti-metafísica, ajudaria a promover uma reforma democrática na opinião pública. O papel reservado aos filósofos de Estado, nesse sentido, volta a ganhar importância central no projeto do liberalismo construtor. Essa vanguarda bastante específica de combatentes, composta por políticos liberais, mas também por físicos e matemáticos, seria responsável por criar e instituir uma consciência liberal, apta a disputar, no imaginário público, o papel que o regime soviético desempenhava frente a uma parte importante da intelectualidade francesa. É essa imbricação entre filosofia e política, que parecia promissora em 1938, que levaria também à posição mais delicada da trajetória intelectual de Rougier: sua adesão ao regime do Marechal Pétain. Essa vinculação estreita com a política oficial da França sob ocupação nazista é, no argumento de Simons e Dewulf, um dos momentos paradigmáticos na trajetória do filósofo, responsável em grande medida por seu ostracismo subsequente.

Quando a França é rendida, em 1940, Rougier toma uma atitude bastante diferente da maior parte de seus colegas da universidade francesa. Se a maior parte deles aderiu à Resistência ou, eventualmente, abandonou seus cargos e evadiu-se do país, Rougier decide se tornar parte do próprio governo de Pétain, vinculado ao ministério da Educação. Os autores nos contam que os contatos internacionais de Rougier o garantem certo trânsito entre as autoridades inglesas e alemãs, a ponto de que ele tenha sido inclusive enviado em missão “secreta” do governo francês para observar os sistemas de ensino desses países, tendo produzido incidentes diplomáticos de espionagem entre o governo francês e o ministério de assuntos exteriores da Inglaterra. Conforme os autores,

Rougier lost his position in Besançon after his appearance before two commissions in 1948. The first commission acquitted Rougier from all charges, but the second commission sentenced Rougier on two grounds: (a) For his unwarranted attempt to intervene in diplomatic discussions, running the risk, by indiscreet pressure, of hampering the effort of the Allied forces; and (b) for helping the enemy cause and hampering the French war effort by criticizing the Comité Français de Libération Nationale (2020, p. 29)

Se Rougier compreendia tal atitude como uma forma de manter-se fiel à ideia original de espalhar a palavra do liberalismo, essa atitude acabou colocando-o, mesmo em relação aos seus apoiadores de primeira ordem, em posição de suspeita. Como salienta Steiner, “reste que cette insertion du philosophe français dans ces cercles sera insuffisante pour faire oublier à certains, au sortir de la Seconde guerre mondiale, la controverse sur ses liens entretenus avec le régime de Vichy” (2017, p. 65). No fim do conflito, Louis Rougier torna-se *persona non grata* não apenas entre os acadêmicos franceses, mas também entre os correligionários da rede que ele próprio ajudara a criar no Colóquio Walter Lippmann. Em 1947, quando da reunião da Mont Pèlerin Society, o nome de Rougier foi vetado pela nova estrela em ascensão no campo do liberalismo, também conhecida por sua habilidade de articulação institucional: Friedrich Von Hayek.

Vícios e virtudes epistêmicas

Nesse momento, quero me valer da trajetória de Rougier tal como descrita por Simons e Dewulf para recuperar o argumento metodológico que inaugurou este artigo: a pertinência de pensar as trajetórias intelectuais a partir do conceito de virtudes epistêmicas, tal como apresentado por Herman Paul e Lorraine Daston.

Louis Rougier não foi o único filósofo a defender uma “concepção científica do mundo” como uma atitude e uma prática, alicerçada no texto, mas não circunscrita à jurisdição meramente formal do mundo acadêmico. Em Viena, a impressão dominante de que a universidade estava dominada pelo clima obscurantista e reacionário, imputado à própria perenidade da tradição institucional alemã, motivou diversos grupos intelectuais a buscarem a consolidação de redes *para*-universitárias que pudessem fazer frente a esse estado de coisas. Rougier, francês, estava em posição ainda mais dramática que seus correligionários de Viena: vivia na França de Bergson e na França de Sartre, duas figuras consulares que, de maneiras muito diferentes, representavam maneiras de ser intelectual, ou duas *personas*, para usar os termos de Herman Paul, refratárias àquelas que almejavam a “concepção científica do mundo”. Quais virtudes epistêmicas estavam em jogo em tal configuração? A aliança de Rougier com Neurath, seus contatos frequentes com intelectuais das mais distintas disciplinas e seu esforço incansável em estabelecer e

manter uma rede de intelectuais durante a guerra são indicativos de uma postura combativa por parte do nosso personagem. Mais que um combate filosófico e paralelamente político, todavia, esse artigo procurou, a partir do diálogo com o artigo de Simons e Dewulf, destacar os embates em torno da *persona* intelectual que então se disputava a partir de cisões e alianças disciplinares diversas. Considero que esse é um caminho metodológico produtivo, que parte da própria controvérsia sobre a separação entre política e teoria não para resolvê-la, mas para colocá-la no centro do debate como articuladora de distintas e conflitivas maneiras de ser intelectual.

O fato de que Rougier tenha encampado, ao longo da vida, uma ampla batalha contra os efeitos políticos de determinadas posições teóricas nos autoriza, nesse momento, a inverter a pergunta sobre a relação entre intelectuais e política que o filósofo francês se colocava: não é justamente a politização da ciência, correlato necessário da cientificização da política (WEINGART, 1982), a situação que se quer evitar com a crítica dos irracionalismos e dos totalitarismos identificados como “místicas metafísicas”, para usar os termos do próprio Rougier?⁷ A universidade francesa, na qual se movia nosso protagonista, viveu um momento salutar de reorganização durante as primeiras décadas do século XX. Sobretudo no campo das ciências humanas, o período que antecede a Segunda Guerra Mundial foi marcado pela proeminência das ciências sociais e das referências institucionais alemãs. Muitos nomes importantes, que depois vieram a ocupar papéis chave nas instituições daquele país, como Emile Durkheim e Raymond Aron, foram formados graças aos intercâmbios frequentes com as universidades alemãs. A iminência do conflito e, sobretudo, a posição que parte importante da intelectualidade alemã tomou diante da ascensão do nazismo, contribuíram para a revisão desse legado. Seria esse dado contextual suficiente para explicar a posição *sui generis* de Rougier? O ganho analítico do debate sobre virtudes epistêmicas reside na possibilidade de, em se

⁷ “The diversification of the institutional basis of science has its correlate in the loss of a common frame of value-orientations and beliefs as well as a common basis of interests among scientific and technical experts. Their involvement in politics which has been interpreted as a 'scientification' of politics, turns out to be the 'politicization' of science at the same time. The professional status of science with its sharp delineation from other social institutions, its self-governance with respect to quality standards, criteria of relevance and a code of ethics becomes subject to political conflicts. Alliances and fractions emerge which run along the lines of political convictions rather than of systems of knowledge” (WEINGART, 1982, p. 73).

aproximando da sociologia dos intelectuais, considerar o contexto histórico como mediação das trajetórias individuais, e não como condição suficiente para “explicar” as tomadas de posição dos sujeitos. A crise de legitimidade do mundo universitário alemão não inaugura apenas uma nova dinâmica institucional como também a emergência de um novo tipo de *persona* intelectual, distante daquela do *god-professor* alemão (BEM DAVID, 1974; RINGER, 1992) e orientada segundo virtudes estranhas às dominantes nas primeiras década do século: o engajamento político, a imbricação entre pensamento e ação direta e a recusa de certa postura escolástica acusada de cumplicidade com o horror da guerra e do fascismo. Nesse sentido, o engajado Rougier parece perfeitamente alinhado com o espírito de seu tempo. Por que então sua história é usualmente contada como a história de um *outsider*? De que maneira o engajamento de Rougier nas questões políticas de seu tempo pode ter o colocado em rota de colisão com seus colegas franceses, posicionando-o como uma espécie de ilha cercada por metafísica por todos os lados?

A hipótese que orientou este artigo, amparada pelo esforço de Simons e Dewulf, é de que a discordância de fundo, o dissenso no consenso, pode ser encontrada quando nos afastamos igualmente do texto e de seu contexto, das premissas teóricas e de suas exacerbações para a política: no plano das atitudes, da dimensão da *persona*, Rougier e seus conterrâneos estão travando batalhas opostas. Se o engajamento estava na ordem do dia, e a ideia de um intelectual insulado em sua cátedra estava sendo desacreditada pelas urgências dos anos 1940, certamente não se tratava de qualquer engajamento. A objetividade, a clareza anti-metafísica e, sobretudo, a defesa do liberalismo em oposição aos regimes coletivistas como o soviético, manifestadas a partir de uma performance científica, formavam uma constelação de virtudes epistêmicas (PAUL, 2017) francamente oposta àquela que consagrou nomes como Sartre no mesmo contexto (1994). Para usar a analogia weberiana (1944) empregada por Yves Gingras (2002), a efervescência do pós-guerra, sobretudo na França, sagrava como virtude intelectual uma postura mais profética do que sacerdotal.

Uma dimensão ausente na reflexão de Simons e Dewulf e que, proponho, pode ser adicionada à reflexão sobre a trajetória de intelectuais como Rougier é o aspecto

disciplinar de seu enfrentamento. Quando Rougier deriva posições políticas e econômicas de teses filosóficas, assim como fizeram alguns de seus conhecidos correligionários, posiciona-se em uma fronteira de difícil manejo. Afinal, trata-se ainda de um filósofo defendendo concepções teóricas entre seus pares disciplinares? Ou trata-se de um filósofo de formação incidindo de forma prescritiva sobre uma outra disciplina, a economia? Isso importa na medida em que Rougier, ou qualquer outro, não se posiciona senão de maneira relacional à estrutura do campo intelectual em que atua. Isso significa considerar, por exemplo, que os anos 1940 e 1950 marcam justamente a emergência das pretensões universalizantes da Economia, entendida por seus porta-vozes liberais como a disciplina exata por excelência, da qual deveriam derivar reflexões epistemológicas de outras abordagens. A reivindicação de auge da racionalidade promovida pela disciplina econômica no pós-guerra contrasta, por sua vez, com o declínio da Filosofia enquanto disciplina matricial da universidade europeia (processo que, por sua vez, deve muito de sua lógica à própria crise do modelo alemão de instituição de ensino superior). Percebe-se que, nessa dinâmica complexa entre as disciplinas, “metafísica” deixa de se referir a uma disciplina em sentido estrito para se transformar em um termo adjetivo, que servia para qualificar todas aquelas práticas tidas como subjetivas ou pouco claras, afeitas a generalizações e hipérboles. Nesse sentido, sem muito apego ao sentido rigorosamente epistemológico do termo, essa palavra passou a ser utilizada para classificar um modo de ser e de pensar que poderia existir em qualquer campo disciplinar, e em qualquer um deles ser apontada como portadora de vícios ou contra-virtudes epistêmicas. Essa situação aponta para um fenômeno também descrito por Bourdieu: o fato de que as disputas disciplinares são também disputas por determinadas ordens de excelência. Referindo-se à Filosofia e às Matemáticas, ele pontua que “[t]he major differences between the two types have to do with indices of the modality of their relationship to what it means to be educated” (BOURDIEU, 1996, p. 11). Sinteticamente, o argumento desenvolvido por Dewulf e Simon, que presidiu esse percurso, permite reconhecer a importância de pensar as imbricações entre teoria e prática. A proposta dos autores pode, contudo, ser enriquecida com uma abordagem atenta à importância dos imaginários públicos associados às posições disciplinares.

A atividade de Rougier revela, enfim, um conflito entre dois conjuntos de virtudes acadêmicas, ou, nos termos de Bourdieu, dois modos de *ser educado*. Ao propor que se derive do combate teórico anti-metafísico uma posição política, Rougier não está defendendo que a política e a universidade são duas instâncias separadas, mas precisamente o oposto: de que devem estar imbricadas em nome de uma “racionalização” das decisões que se dão na esfera pública. Bergson, nesse caso, encarna o anátema da proposta de Rougier. Profundamente escolástico e comprometido com as virtudes endógenas do campo (erudição, profundidade, baixa mundanidade), representa um *tipo* intelectual específico, ameaçado pelo novo conjunto de virtudes epistêmicas em circulação naquele contexto, capitaneado pela ideia de engajamento e responsabilidade.

Se o elemento disciplinar serve para posicionar a trajetória de Rougier, pode ser também invocado, como uma questão de segunda ordem, para explicar e contextualizar a dinâmica contemporânea das divisões disciplinares e, mais especificamente, o interesse e a disputa constante pelo legado de tradições e trajetórias acadêmicas entre as distintas áreas da Teoria e da Filosofia da História.

Para o campo da teoria da história mais aproximado da filosofia da história, isso pode significar assumir uma postura mais aberta às condicionantes sociais das ideias. Isso não significa assumir causalidades e implodir assim fronteiras disciplinares estruturantes, mas, como sugerem Iegelski e Almeida (2017), construir uma articulação entre a sociologia da ciência, vista como muito estruturante, a filosofia da ciência, entendida por seus contendentes como muito idealista, e a história da ciência, eventualmente particularista (IEGELSKI e ALMEIDA, 2017). Lorraine Daston se pergunta em *Science Studies e História da Ciência*, “[o] que aconteceu com a efervescência dos *science studies*, este que já foi o mais exuberante dos empreendimentos interdisciplinares”? Procurando compreender a história dessa incomunicabilidade entre cientistas e seus analistas, Daston rastreia o impacto da publicação da *Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn, em 1962, a partir da qual “nenhuma explicação satisfatória do porque algumas afirmações científicas triunfam sobre as outras poderia apelar para a verdade ou a solidez epistemológica superior das reivindicações vencedoras” (2017, p.

112). Os mais resistentes à essa tese, para a autora, positivistas, lógicos e empiristas, adotaram frequentemente uma posição de recusa pura e simples: “[a]lguns cientistas achavam isso irritante, mesmo blasfemo, mas a maioria estava simplesmente perplexa ou entediada. Pararam de ler história da ciência” (idem, p. 115).

Casos como os de Rougier, egressos do campo da filosofia da ciência que tiveram sua biografia atravessada por mudanças disciplinares, políticas e epistemológicas dramáticas, podem ser beneficiados, se este artigo estiver correto em sua hipótese, por uma posição heterodoxa. O que proponho, a partir da inspiração do artigo de Dewulf e Simon, é que a história da ciência, entendida enquanto parte do campo de estudo dos historiadores, pode se beneficiar da história da própria controvérsia metodológica que historicamente a delimitou: no intervalo entre duas plataformas estanques (o texto e seu “entorno”, entendidos causalmente) é possível encontrar uma série de imbricações e uma série de disputas que não se limitam ao conteúdo das ideias (científicas ou políticas) mas que acessam uma dimensão de dissenso historicamente constrangedora, formulada por Herman Paul a partir da já mencionada pergunta: “what kind of personae the study of the past requires” (2014, p. 350)? Colocar a discussão nesses termos é uma forma de reabilitar historicamente a trajetória da própria disciplina, já que ajuda a estabelecer uma tipologia de modos de ser e de professar o ofício historiográfico que nos conecta, mas também nos especifica, a universidade contemporânea, em relação às querelas fundadoras do campo, postas no contexto de sua institucionalização ainda no século XIX.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, A. *Chaos of disciplines*. University of Chicago Press, Chicago, 2001
- ALMEIDA, T. e IEGELSKI, F. *Apresentação: História das ciências, teoria da história e história intelectual* em DASTON, L. *Historicidade e objetividade*. Coleção Epistemologia Histórica. LiberArs São Paulo – 2017.
- BAEHR, J. *THE INQUIRING MIND On Intellectual Virtues and Virtue Epistemology*. Oxford University Press, New York, 2011.
- BEM-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade, um estudo comparado*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo. EDUSP, 1974.
- BLANCKAERT, C. *La discipline en perspective: Le système des sciences à l’heure du spécialisme (XIX-XX siècle)*. In: BOUTIER, J.; PASSERON, J.-C.; REVEL, J. (eds.).

- Qu'est-ce qu'une discipline? Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.
- BOURDIEU, P. *The state nobility. Elite Schools in the field of power*. Cambridge. Polity Press, 1996.
- BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Buenos Aires. Ed. Siglo XXI, 2008
- CHARTIER, Roger. *O Mundo Como Representação*. Estudos Avançados 11(5), 1991.
- DARDOT, P. LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo. Ed. Boitempo, 2016.
- DASTON, L. *Historicidade e objetividade*. Coleção Epistemologia Histórica. LiberArs São Paulo – 2017.
- DENORD, F. Le prophète, le pèlerin et le missionnaire. La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 2002/5 (n°145), pages 9 à 20. Ed. le Seuil.
- DEWULF, G. SIMONS, M. *Positivism in Action: The Case of Louis Rougier*. HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science Volume 11, Number 2. 2020.
- DIXON, K. *Les évangélistes du marché. Les intellectuelles britanniques et le néo-libéralisme*, Paris, Raison d'agir, 1998.
- DONGEN, J. *The Epistemic Virtues of the Virtuous Theorist: On Albert Einstein and His Autobiography* in DONGEN, J. v. & PAUL, H. *Epistemic Virtues in the Sciences and the Humanities*. Boston Studies in the Philosophy and History of Science. vOL. 231. 2017.
- DONGEN, J. v. & PAUL, H. *Epistemic Virtues in the Sciences and the Humanities*. Boston Studies in the Philosophy and History of Science. vOL. 231. 2017.
- FABIANI, J.-L. *À quoi sert la notion de discipline?* In: BOUTIER, J.; PASSERON, J.-C.; REVEL, J. (eds.). *Qu'est-ce qu'une discipline?* Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006. p. 4.
- GALISON, Peter. *Logical positivism and Architectural modernism*. *Critical inquiry*, 16, 1990, p. 710.
- GINGRAS, Y. *Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique*. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 141-142, mars 2002. Science. pp. 31-45
- HEMPEL, Carl. *The function of general laws in History*. *The Journal of Philosophy*, 39, 1942, pp. 35
- LAMONT, M. *How professors think*. Harvard University Press, 2009.
- LAMONT, M (ed). *Historians and historical controversy*. UCL Press, 1998
- LATOURETTE, B. *A esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LIPPMAN, W. *La Cité Libre*. bibliothèque classique de la Liberté. transaction Publishers, 2005.
- MALHERBE, Jean. *Le Scientisme du cercle de Vienne*. *Revue philosophique de Louvain*, 4, 1974, pp. 562-57
- MIROWSKI, P. PLEHWE, D. *The road from Mont Pèlerin: The making of the neo-liberal thought collective*. Harvard University Press, 2009.
- MIROWSKI, P. *Nunca dejes que una crisis te gane la partida*. Barcelona: Ediciones Deusto, 2014
- PAUL, H. *What Is a Scholarly Persona? Ten Theses on Virtues, Skills, and Desires*. *History and Theory* 53 (October 2014), 348-371.

- PAUL, H. *Performing History: How Historical Scholarship is Shaped by Epistemic Virtues*. *History and Theory* 50 (February 2011), 1-19, 2011.
- REISCH, G. *How the Cold War Transformed Philosophy of Science To the Icy Slopes of Logic*. Cambridge University Press, 2005.
- REVEL, J. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010
- RINGER, F. *Fields of knowledge: french academic culture in comparative perspective. 1890- 1920*. Cambridge. Un. Press, NY, 1992.
- RINGER, F. *O Declínio dos Mandarins Alemães*. São Paulo. EDUSP, 1999.
- ROMIZI, Donata. 2012. 'The Vienna Circle's "Scientific World-Conception": Philosophy of Science in the Political Arena'. *HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science* 2 (2): 205–42.
- ROMO, G. *Los orígenes del neoliberalismo: del Coloquio Lippmann a la Sociedad del Mont-Pèlerin*. *Journal of Economic Literature* (jel). *economíaunam* vol. 15, núm. 43, enero-abril, 2018.
- ROUGIER, L. *Les Mystiques Economiques*. De Médicis Paris 1938.
- SARTRE, J. P. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo. Ed. Atica, 1994
- SCHORSKE, C. *Fin de SiÈcle Vienna: Politics and Culture*. Vintage Books. New York, 1981
- STEINER, Y. *Louis Rougier et la Mont Pèlerin Society: une contribution en demi-teinte*. *Philosophia Scientiæ Travaux d'histoire et de philosophie des sciences*. [En ligne], CS 7 | 2007
- WEBER, M. *Economía y Sociedad. – Tipos de comunidade religiosa*. Mexico. Fondo de Cultura Económica, trad. Echeverría, ímaz. 1944.
- WEINGART, P. *The Scientific Power Elite - a Chimera; The Deinstitutionalization and Politicization of Science* In.: ELIAS, N.; MARTINS, E.; WHITLEY, R. (orgs.). *Scientific Establishments and Hierarquies*. Dordrecht: D. Rieder, 1982.
- ZAGZEBSKI, L. DE PAUL, M. *Intellectual Virtue Perspectives from Ethics and Epistemology*. Oxford University Press, 2009.